

FI: 02 Proc. nº 5445 125 CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA

MENSAGEM N° 095/2025

Ao Exmo. Senhor **Karlo Aurélio Vieira do Couto – Lelo Couto**Presidente da Câmara Municipal de Cariacica

Excelentíssimo Senhor Presidente,

CARIACICA ES
CARIACICA OT 1125

SINS DOTO OT 1125

STOTOCOLOR GARGOT

Respeitosamente cumprimento Vossa Excelência e tenho a elevada honra de encaminhar, para apreciação dessa colenda Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei que institui a Política Municipal do Cooperativismo.

A proposta tem por objetivo instituir um marco normativo local para o fortalecimento, incentivo e regulamentação das ações voltadas ao cooperativismo, reconhecendo o seu papel fundamental na geração de trabalho, renda e desenvolvimento sustentável.

O cooperativismo é um importante instrumento de inclusão social e promoção econômica, pautado em valores de solidariedade, democracia e autogestão, e sua institucionalização no âmbito municipal contribui para diversificar as formas de organização produtiva, ampliando oportunidades e fomentando a economia local.

A Política Municipal de Cooperativismo ora proposta estabelece diretrizes para o apoio técnico, financeiro e operacional às cooperativas, bem como o estímulo à participação das mesmas nas políticas públicas municipais e nos processos licitatórios. O texto legal ainda prevê a cooperação entre o Poder Público Municipal e a Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado do Espírito Santo – OCB/ES, reconhecendo a importância da entidade como referência na regulação e promoção do sistema cooperativista.

O projeto reforça também a necessidade de inclusão do estudo do cooperativismo



nas instituições de ensino, promovendo a disseminação dos seus princípios entre

crianças, jovens e adultos, de modo a fortalecer a cultura cooperativa no Município

de Cariacica.

Trata-se, portanto, de medida de grande relevância social, econômica e

institucional, que alinha o Município de Cariacica às políticas públicas nacionais de

fomento ao cooperativismo, conforme previsto na Lei Federal nº 5.764/1971 e na

Lei Complementar Federal nº 130/2009, além de representar um avanço no

compromisso da gestão municipal com o desenvolvimento sustentável, a inovação

social e a economia solidária.

Face o exposto, solicitamos a adoção dos procedimentos necessários à apreciação

e votação, em REGIME DE URGÊNCIA, na forma prevista no artigo 56 da Lei

Orgânica do Município de Cariacica, certos de que a iniciativa contribuirá para o

fortalecimento das cooperativas e para o crescimento econômico com justiça social

em nosso Município.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos votos de alta estima e

consideração à Vossa Excelência e aos demais pares dessa Casa de Leis.

Cordialmente.

Cariacica/ES, 04 de novembro de 2025.

EUCLERIO DE AZEVEDO SAMPAIO

Assinado de forma digital por **EUCLERIO DE AZEVEDO** SAMPAIO JUNIOR:76138038720 JUNIOR:76138038720 Dados: 2025.11.05 10:34:55

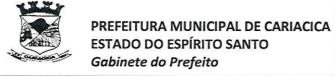
EUCLÉRIO DE AZEVEDO SAMPAIO JUNIOR

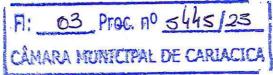
Prefeito Municipal

PROC.ELETRÔNICO: 36.764/2025



Avenida Mário Gurgel, nº 2.502, Alto Lage, Cariacica/ES. CEP: 29.151-900





PROJETO DE LEI Nº 065, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE COOPERATIVISMO NO MUNICÍPIO DE CARIACICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARIACICA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições legais, previstas nos no inciso IV, do art. 90, da Lei Orgânica Municipal, encaminha à CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Compreende-se como Política Municipal de Cooperativismo o conjunto de ações tendentes a estimular e promover atividades ligadas ao sistema cooperativo, originárias do setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.

Art. 2º Para os fins desta Lei, cooperativas são pessoas jurídicas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e do compromisso mútuo entre seus membros, visam, sem fins lucrativos, o exercício de atividades econômicas lícitas, em proveito das necessidades e aspirações comuns dos seus cooperados, com obediência aos princípios cooperativos.

Art. 3º São objetivos da Política Municipal de Cooperativismo:

I - apoiar técnica, financeira e operacionalmente o cooperativismo no Município de Cariacica, promovendo, quando couber, parceria operacional para o desenvolvimento do sistema cooperativista, com destaque para apoio às ações que promovam o aprimoramento dos modelos organizacionais, ações de inclusão social e desenvolvimento com bases sustentáveis e autônomas para os diversos setores da sociedade;



II - incentivar a forma cooperativa de organização econômica, social e cultural nos

diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do cooperativismo e na

legislação vigente;

III - estimular a inclusão do estudo do cooperativismo nas instituições de ensino.

visando apresentar novos referenciais de organização de produção da riqueza de

forma mais solidária e sustentável, como uma alternativa dentro de um cenário de

mercado tão competitivo;

IV - permitir a participação do cooperativismo nas várias políticas governamentais

para os diversos setores da municipalidade, promovendo a representatividade das

cooperativas com sede e atuação no Município, através da Organização das

Cooperativas Brasileiras do Espírito Santo, a OCB/ES ou por lideranças de

cooperativas por ela indicados, nas diversas Comissões e Conselhos Municipais

paritários instalados nos Poderes Executivo e Legislativo:

V - propiciar maior capacitação dos cidadãos pretendentes ou já associados em

cooperativas, em consonância com a OCB/ES;

VI - fomentar o desenvolvimento e a autogestão, e como consequência o

fortalecimento de todos os ramos das cooperativas, em consonância com a

OCB/ES:

VII - estimular a prática cooperativista entre os servidores públicos municipais,

apoiando, juntamente com a OCB/ES, técnica e operacionalmente, o

desenvolvimento de iniciativas de constituição de eventuais cooperativas ou de

admissão destes em cooperativas regulares já existentes;

VIII - reconhecer o ato cooperativo como indicativo do correto tratamento a ser

dispensado às cooperativas como modelo societário legítimo e autônomo:

H: 04 Proc. nº 5445 125 CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA

IX - firmar, quando recomendável, cooperação técnica, cessões, repasses e convênios, de maneira ampla, com cooperativas, desde que registradas na OCB/ES, observando sua regularidade, ou com órgãos de representação legalmente reconhecidos e legitimados pela Lei Federal do Cooperativismo, para realização de ações coordenadas de implementação da Política Municipal de que trata esta Lei;

X - garantir a participação das Cooperativas em certames públicos da administração pública municipal, desde que registradas na OCB/ES, observando sua regularidade, por meio de normativos vigentes ou que venham a ser criados, assim como potencializar o debate junto ao poder público municipal do ES, para que também criem normativos que garantam essa participação;

XI - desenvolver programas de fomento com a finalidade de capitalizar as cooperativas, fornecer estrutura física e operacional, inclusive por meio de doação ou comodato de bens do Município, quando houver previsão orçamentária ou disponibilidade patrimonial compatíveis com projetos desta natureza;

XII - estimular e viabilizar as operações e movimentações financeiras, entre a administração pública municipal e Cooperativas de Crédito, conforme previsão legal trazida por meio da Lei Complementar Federal nº 130 de 17 de abril de 2009 e suas alterações posteriores;

XIII - coibir a criação e o funcionamento de sociedades cooperativas irregulares.

Art. 4º Os órgãos da Administração Pública Municipal poderão considerar em seus planos e ações as políticas de apoio e estímulo às cooperativas, em conformidade com suas respectivas atribuições organizacionais e os objetivos declarados nesta Lei, em consonância com a política legislativa do art. 174 da CRFB/88.

Art. 5° As cooperativas, para início de sua operação, devem ser registradas nos órgãos públicos competentes, ou seja, conforme previsão do art. 107 da Lei Federal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gabinete do Prefeito

nº 5.764/71 e a Lei de Registros Empresariais, nº 8.934/94, o registro empresarial

deve ser na Junta Comercial e o de Conformidade Institucional, exclusivamente na

OCB, garantindo-se a elas tratamento simplificado equivalente ao recebido pelas

micro e pequenas empresas no que se refere à redução de burocracia e ao

cumprimento de exigências documentais.

Art. 6º Fica assegurada às cooperativas de crédito, regularmente constituídas na

forma do artigo 5º desta Lei, e que ainda atendam as demais exigências legais e

regulamentares vigentes, a realizarem convênio para a consignação em folha de

pagamento das contribuições estatutárias e demais débitos de servidores públicos

municipais, ativos, inativos e pensionistas de administração direta e indireta, desde

que cooperados desta, bem como as capitações e gestões de disponibilidades

financeiras, conforme previsto na Lei Complementar nº 130 de 14 de abril de 2009

e suas alterações.

Art. 7º É vedado qualquer restrição da participação de cooperativas registradas e

regulares com a OCB/ES em licitações públicas municipais, sendo nulas quaisquer

exigências que vedem ou inviabilizem tal participação em razão do fato da licitante

ser cooperativa ou, ainda, que sejam manifestamente incompatíveis com suas

características.

Parágrafo único. As cooperativas que tiverem movimentação econômica anual

compatível com os limites de receita bruta para classificação de pessoas jurídicas

como microempresa gozarão dos mesmos benefícios e vantagens, inclusive

preferência em processos licitatórios.

Art. 8º Desde que respeitem a lei e os princípios cooperativos, as sociedades

cooperativas podem exercer livremente qualquer atividade econômica no âmbito

do Município de Cariacica, sendo vedado o estabelecimento de qualquer norma

que, direta ou indiretamente, por determinação objetiva ou devido às suas

exigências, inviabilize sua operação em qualquer setor da economia municipal.





Parágrafo único. É nulo, em relação às cooperativas, qualquer ato, norma ou exigência que inviabilize a concessão de licenças, alvarás ou qualquer outra espécie de autorização ou outorga com base em norma manifestamente incompatível com as características próprias dessas entidades.

Art. 9º O Município poderá firmar convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Espírito Santo e com o Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado do Espírito Santo - OCB/ES, para fins de implementação do disposto nesta Lei.

Parágrafo Único. Deverá a Administração direta e indireta do Município, do Poder Executivo, e do Poder Legislativo, em seus processos licitatórios, convênios, termos de parceria, e cessões, exigir das cooperativas, além dos demais documentos comuns a todos os demais licitantes, convenentes, parceiros e cessionários, a apresentação de comprovação da plena regularidade na OCB/ES, na forma do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, e da Lei Estadual do cooperativismo vigente, assim como os normativos internos do Sistema OCB.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Cariacica/ES, 04 de novembro de 2025.

EUCLERIO DE AZEVEDO SAMPAIO

Assinado de forma digital por EUCLERIO DE AZEVEDO SAMPAIO JUNIOR:76138038720 JUNIOR:76138038720 Dados: 2025.11.05 10:35:15

Prefeito Municipal



